Elites locais e reorganização do quadro partidário do Paraná após a Revolução de 1930: as carreiras políticas dos dirigentes do Partido Liberal Paranaense (1931-1933)

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

Secretaria Estadual de Educação do Paraná

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

Clio (Recife, Online), v. 42, ano 2024

https://doi.org/10.51359/2525-5649.2024.262826

e-ISSN: 2525-5649

CC BY NC

Elites locais e reorganização do quadro partidário do Paraná após a Revolução de 1930: as carreiras políticas dos dirigentes do Partido Liberal Paranaense (1931-1933)
RESUMO: Neste artigo realizou-se uma investigação acerca das carreiras políticas dos dirigentes do Partido Liberal Paranaense (PLP), que existiu de 1931 a 1933. A finalidade deste trabalho foi produzir conhecimento sobre os perfis políticos e sociais dos líderes da primeira agremiação governista surgida no Estado do Paraná após a Revolução de 1930. O presente artigo buscou avançar na compreensão das mudanças ocorridas nos quadros partidários regionais durante o Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas. Primeiro, foi evidenciado que a maior parte dos dirigentes do PLP era veterana na cena política do estado. Segundo, destacou-se que novatos do grupo governista obtiveram relevante espaço no núcleo dirigente desse partido. Terceiro, demonstrou-se que em pequenos municípios a agremiação teve o apoio de indivíduos cujas famílias, havia décadas, estavam ativas na cena eleitoral.
PALAVRAS-CHAVE: elites locais; Era Vargas; Paraná; partidos políticos.

Local elites and reorganization of Paraná's party after the Revolution of 1930: the political careers of leaders of the Liberal Party of Paraná (1931-1933)
ABSTRACT: This article analyzed the political careers of the leaders of the Paraná Liberal Party (PLP), which existed from 1931 to 1933. The purpose of this work was to produce knowledge about the political and social profiles of the leaders of the first government association that emerged in the State. of Paraná after the 1930 Revolution. This paper sought to advance the understanding of the changes that occurred in regional party frameworks during the Provisional Government (1930-1934) of Getúlio Vargas. First, most of the PLP leaders were veterans of the state's political scene. Secondly, the newcomers of the ruling group gained significant space in the leadership core of this party. Third, in small municipalities the party had the support of individuals whose families had been active on the electoral scene for decades.
KEYWORDS: local elites; Vargas Era; Paraná; political parties.

Elites locais e reorganização do quadro partidário do Paraná após a Revolução de 1930: as carreiras políticas dos dirigentes do Partido Liberal Paranaense (1931-1933)

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

Introdução

Neste artigo desenvolve-se uma investigação acerca das carreiras políticas dos dirigentes do Partido Liberal Paranaense (PLP), cuja existência abrangeu os anos de 1931 a 1933. A finalidade deste trabalho é produzir conhecimento acerca dos perfis sociais e dos padrões de carreiras políticas dos líderes da primeira agremiação situacionista criada no Paraná após a Revolução de 1930. Em um sentido amplo, a presente análise objetiva avançar no entendimento das mudanças ocorridas nos quadros partidários regionais no contexto do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas.

Há três argumentos fundamentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que o diretório estadual do PLP era composto por veteranos da cena política. A nova agremiação foi comandada por indivíduos que possuíam longa experiência em gerir partidos estaduais. Segundo, cumpre destacar que indivíduos sem envolvimento prévio no jogo eleitoral também foram integrados à cúpula do PLP. Terceiro, demonstra-se que nos pequenos municípios do estado houve a adesão de veteranos ao PLP. Tais veteranos eram pertencentes a famílias marcadas por longo envolvimento na vida partidária.

Há três limitações inerentes ao estudo da vida política brasileira no contexto dos anos 1930. Uma limitação diz respeito à análise da organização interna dos partidos. Permanece em estágio incipiente o entendimento acerca da composição social de diretórios e dos percursos políticos dos dirigentes de agremiações fundadas em tal época. Tal limitação dificulta o entendimento dos

aspectos e limites da renovação dos quadros partidários ocorrida após o fim da Primeira República.

De fato, existem análises contemporâneas relativas aos partidos e às elites políticas dos anos 1930. Tais análises têm contribuído para evidenciar a natureza da atividade de membros de elites regionais em instâncias do Poder Legislativo.[1] Elas também salientam o crescimento da competição eleitoral e as mudanças na composição de agências como o Senado Federal.[2] Contudo, nos estudos acerca da história paranaense permanecem pouco numerosos os esforços destinados a reconhecer a movimentação das elites locais na cena partidária instaurada à época do Governo Provisório.[3]

A segunda limitação é referente ao estudo de resultados eleitorais. Mantém-se pouco desenvolvida a abordagem sobre o desempenho eleitoral das agremiações estaduais existentes nos anos 1930. São esparsos os estudos destinados a evidenciar as flutuações da força eleitoral dessas agremiações.[4] Essa carência de análises impõe limites para a compreensão das distinções entre os partidos governistas quanto à capacidade de assegurarem o controle das instituições legislativas e de prefeituras. Ela também gera entraves para o entendimento dos processos de fundação e ocaso de partidos minoritários.

A terceira limitação reside no caráter panorâmico dos estudos referentes à composição dos quadros políticos regionais. De fato, essa linha de investigação propicia o reconhecimento das mudanças no rol das lideranças partidárias no período que corresponde ao fim da Primeira República e ao início do Governo

---

[1] Rafael Saraiva Lapuente, "A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)", Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6950; Thiago Cavaliere Mourelle, "Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, https://app.uff.br/riuff/handle/1/16011?locale-attribute=es; Estevão Alves da Silva, "A Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34: o processo de formulação de Constituição de 1934", Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25112019-165607/.

[2] Luiz Domingos Costa; Lucas Massimo e Renato Monseff Perissinotto, "Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934)", *Dados*, v. 60, n. 1 (2017), pp. 79-110, https://doi.org/10.1590/001152582017115; Estevão Alves da Silva e Thiago Silva, "Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934", *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56 (2015), pp. 75-106, https://doi.org/10.1590/1678-987315235604.

[3] Natália Cristina Granato, "O Poder Legislativo Paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930-1937)", *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 1, n. 5 (2019), pp. 1-39, https://doi.org/10.5380/nep.v5i1.67657; Ricardo Costa de Oliveira, "Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945", *Revista de Sociologia e Política*, v. 1, n. 9 (1997), pp. 47-56, https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i09.39297.

[4] Maria Izabel Noll e Hélgio Trindade (org.), *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002*, Porto Alegre: EdUFRGS, 2004; Paolo Ricci (org.), *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*, Curitiba: Appris, 2019.

Provisório.[5] Porém, a reiteração dessa vertente de análise dificulta o exame das diferenças entre as elites locais quanto à capacidade de se adaptarem a um novo momento político. Permanece pouco desenvolvida a investigação das trajetórias de veteranos que asseguraram sua presença em instâncias da administração pública por meio da adesão ao Governo Vargas.[6] Portanto, um avanço no estudo da vida partidária brasileira nos anos 1930 consiste em reconhecer a natureza das oportunidades auferidas por veteranos que se enquadravam na categoria de chefes políticos municipais.

O presente trabalho é desenvolvido por meio de métodos inspirados na prosopografia.[7] Nesse âmbito, é realizado o levantamento massivo de informações acerca das origens sociais e das carreiras políticas de dirigentes e correligionários do PLP. Tal levantamento é decisivo para a identificação de analogias quanto às circunstâncias que propiciaram a inserção de tais indivíduos no jogo político-eleitoral do Paraná. Dessa forma, o método prosopográfico é operacional para a abordagem de trajetórias coletivas.[8]

O emprego de tal método também permite reconhecer analogias entre os membros do PLP quanto aos seus destinos após a extinção do partido. Assim, neste artigo são evidenciadas as distinções entre os líderes de um partido no que concerne à longevidade da participação em um jogo político estadual.

O PLP na vida política paranaense do início dos anos 1930

O estudo do surgimento e ocaso do PLP exige, inicialmente, a apresentação de um panorama acerca cena político-partidária do Paraná da época do Governo Provisório. Nesse âmbito, cumpre fundamentar quatro constatações. Primeiro, convém salientar que, nesse estado, os entusiastas da Revolução 1930 se organizaram para manter o seu grupo político

[5] Fernando Achiamé, *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010; Plínio de Abreu Ramos, *O PSD mineiro*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1993; José Antônio Spinelli, *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar (1930-1945)*, Natal: Editora da UFRN, 2010.

[6] Adriano Nervo Codato, "Elites e instituições: uma análise contextual do Estado Novo", Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/431721; Maristela Wessler Dagostim, "A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)", Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, https://hdl.handle.net/1884/25907.

[7] Christophe Charle, "A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas", *in* Flávio Heinz (org.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 41-54; Lawrence Stone, "Prosopografia", *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39 (2011), pp. 115-137, https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009.

[8] Marcela Ferrari, "Prosopografía e historia política: algunas aproximaciones", *Antíteses*, n. 3, v. 5 (2010), pp. 29-50, https://doi.org/10.5433/1984-3356.2010v3n5p529.

permanentemente unido. Para tanto, em fevereiro de 1931 foi criado o Diretório Revolucionário do Paraná, o qual estava sediado em Curitiba, a capital paranaense.[9]

Esse diretório possuía subunidades em pequenos municípios. Os correligionários do interventor Mário Tourinho (1871-1964) residentes no interior não demoraram a aderir ao projeto da implantação de diretórios. A tarefa primordial desses correligionários era organizar localmente as atividades políticas do novo grupo situacionista. Dessa forma, tanto no litoral quanto no planalto paranaense houve a instituição de diretórios que reuniam antigos membros da Aliança Liberal, agremiação que sustentou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas em 1930. Dentre os primeiros diretórios instalados no planalto, estavam os das cidades de Rio Negro e Ponta Grossa.[10]

No litoral do estado, os diretórios de Paranaguá e Morretes foram os primeiros a surgir.[11] A criação desses órgãos partidários favoreceu o recrutamento de novos membros para o conjunto de aliados do interventor Tourinho. Esses diretórios contaram com a presença de adesistas. Ou seja, eles eram compostos por indivíduos que não pertenceram ao rol de apoiadores de primeira hora do Governo Vargas. Em última análise, os adesistas eram indivíduos que estavam filiados ao Partido Republicano Paranaense, de orientação governista, no momento da deposição do presidente Washington Luís.[12]

No segundo semestre de 1931, os líderes dos diretórios revolucionários optaram pela criação de um partido. Assim, em agosto de tal ano foi instituído o PLP. Essa agremiação surgiu como um partido situacionista. A sua tarefa capital era defender a gestão do citado interventor.[13] Em boa medida, o PLP era comandado por indivíduos que coordenaram a seção paranaense da Aliança Liberal.[14]

Cumpre, pois, fundamentar a segunda constatação desta seção. Convém destacar que o PLP não permaneceu por longo tempo na condição de agremiação governista. A exoneração de Tourinho do posto de interventor, em

---

[9] *O Dia*, Curitiba, 9 fev. 1931, p. 1.
[10] *O Dia*, 22 fev. 1931, p. 2.
[11] *O Dia*, 28 fev. 1931, p. 3.
[12] Atente-se ao caso do Diretório Revolucionário de Paranaguá. Dentre os seus membros fundadores, estava o advogado provisionado Roberto Barroso. *O Dia*, 25 fev. 1931, p. 4. Tal indivíduo era um ex-funcionário da Prefeitura de Paranaguá. Ele fora admitido ao serviço público em virtude de seus vínculos com os chefes locais do PRP. *O Dia*, 13 mar. 1929, p. 1. Porém, foi exonerado do cargo após a Revolução de 1930. *O Dia*, 10 jan. 1931, p. 6. Em última instância, o caso de Barroso consiste em um indício de que, no Paraná, houve partidários da ordem política da Primeira República que rapidamente aderiram ao novo Governo.
[13] *O Dia*, 16 ago. 1931, p. 1.
[14] *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 jan. 1930, p. 1.

dezembro de 1931, provocou a passagem do partido para o campo da oposição. Por consequência, o PLP se ocupou da tarefa de combater a gestão de Manuel Ribas (1873-1946), o qual foi o sucessor de Tourinho no comando do Governo do Paraná.[15]

Trata-se, pois, de sustentar a terceira constatação desta seção. Ao tempo da existência do PLP, havia outras duas agremiações em atividade no Paraná. Essas agremiações eram o Partido Republicano Paranaense (PRP) e o Partido Social Democrático (PSD). Dessa forma, nos primeiros anos do Governo Provisório o quadro partidário do Paraná ainda era pouco complexo.

Fundado em 1932, o PRP era liderado por indivíduos que perderam seus cargos públicos por ocasião da Revolução de 1930.[16] Os chefes dessa agremiação pertenceram ao partido homônimo que dominou a cena política paranaense na época da Primeira República.[17] No contexto do Governo Provisório, em estados como São Paulo e Minas Gerais, os veteranos que atuaram como governistas antes de 1930 também retornaram ao jogo eleitoral.[18] Ou seja, em distintas regiões do país tais veteranos se mantiveram politicamente coesos.

De sua parte, o PSD foi instituído em janeiro de 1933.[19] Ele era uma agremiação situacionista. A sua função era apoiar a gestão do interventor Manuel Ribas.[20] Nesse período, nos estados brasileiros, a baixa diversificação do quadro partidário não era uma situação incomum. A esse respeito, atente-se ao caso da região Sul do país. Em 1933, no Paraná e no Rio Grande do Sul, existiam apenas três partidos. Em Santa Catarina, por outro lado, estavam em atividade cinco agremiações.[21]

Nas eleições parlamentares de 1934, dois estados sulinos experimentaram o crescimento do número de agremiações. Em tal ano, no Paraná, existiam nove agremiações em funcionamento. No Rio Grande do Sul, havia cinco partidos. Na época derradeira do Governo Provisório, a retomada das eleições foi marcada pelo aparecimento de agremiações que representavam multifacetadas correntes políticas. Nesse contexto, a vida política nacional foi caracterizada pelo crescimento do número de partidos, bem como pelo aumento da força eleitoral de agremiações que se opunham aos interventores federais.[22]

Compete, por fim, sustentar a quarta constatação da presente seção. O PLP conseguiu se consolidar como um partido de oposição eleitoralmente

---

[15] *Correio do Paraná*, Curitiba, 9 abr. 1932, p. 1.
[16] *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 nov. 1932, p. 1.
[17] Granato, "O Poder Legislativo Paranaense no contexto da Revolução de 1930".
[18] Alzira Alves de Abreu (coord.), *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
[19] *O Dia*, 7 jan. 1933, p. 1.
[20] Oliveira, "Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945".
[21] Silva e Silva, "Eleições no Brasil antes da democracia".
[22] Ricci, *O Código Eleitoral*.

competitivo. Desse modo, ele suplantou, em número de votos, os remanescentes da ordem governista da Primeira República que estavam reunidos no PRP. A única disputa eleitoral da qual o PLP participou foi para o preenchimento das quatro vagas da bancada paranaense na Assembleia Nacional Constituinte. Essa eleição ocorreu em maio de 1933. Nessa oportunidade, a votação obtida pelos três partidos paranaenses foi a seguinte: PSD, 14.888; PLP, 6.480; PRP, 2.789. Tal resultado permitiu que o PSD elegesse três candidatos. O PLP, por seu turno, elegeu um postulante.[23]

Em 1934, os líderes do PLP fizeram uma aliança com os dissidentes do PSD. Por consequência, surgiu o Partido Social Nacionalista (PSN).[24] Essa nova agremiação permaneceu no campo da oposição até meados de 1937. Às vésperas da instauração do Estado Novo, o PSD e o PSN se fundiram. O resultado dessa fusão foi o aparecimento do Partido Nacionalista Democrático.[25] Em última instância, a adesão à ordem governista foi o destino dos políticos que se envolveram tanto na criação do PLP quanto do PSN. Nesse contexto, o PRP se conservou como o principal grupo de oposição ao governo de Manuel Ribas.

Em resumo, a vida política paranaense ao tempo da existência do PLP era marcada por dois aspectos. Um aspecto consiste no fato de que a liderança do campo oposicionista era disputada entre veteranos da época da Primeira República e indivíduos que emergiram na vida partidária no princípio dos anos 1930. O outro aspecto reside no fato de que a cena partidária regional era instável. As dissidências e a migração partidária eram acontecimentos comuns a essa cena. Nesse particular, convém ressaltar que a extinção do PLP e o surgimento do PSN derivaram de dissídios na ordem governista do Paraná.

O núcleo dirigente do PLP: perfis políticos e sociais de seus integrantes

Em sua origem, o diretório estadual do PLP não possuía uma precisa divisão de tarefas. Os integrantes desse órgão estavam divididos em duas categorias: membros efetivos e suplentes. Tratava-se, pois, de um modelo pouco complexo de gestão partidária. Para o conhecimento da estrutura interna desse diretório e dos perfis sociais dos seus componentes, cumpre dedicar atenção às informações expostas no *Quadro 1*.

[23] *O Dia*, 18 maio 1933, p. 1.
[24] *Diário da Tarde*, 17 abr. 1934, p. 1.
[25] *Diário da Tarde*, 27 set. 1937, p. 2.

Quadro 1 *- Origens da atividade política dos membros do diretório central do Partido Republicano Paranaense*

Nome	Função no diretório	Ocupação	Posição no quadro partidário estadual (1890-1930)	Total de nomeações para cargos públicos (1890-1930)	Total de mandatos eletivos (1890-1930)	Filiação partidária de membros da parentela (1890-1930)
Alceu do Amaral Ferreira	Membro efetivo	Médico	–	0	0	Partido Republicano Paranaense
Antônio Couto Pereira	Membro efetivo	Servidor público federal	–	0	0	–
Antônio Jorge Machado Lima	Membro efetivo	Servidor público federal	Situação/ Oposição	2	0	Partido Republicano Paranaense/ Partido Republicano Federal
Arthur Obino	Membro efetivo	Advogado	Oposição	0	0	–
Benjamin Lins de Albuquerque	Membro efetivo	Advogado	Situação/ Oposição	2	0	–
Cícero Costard	Membro efetivo	Militar	Oposição	0	0	Partido Republicano Paranaense/ Aliança Liberal
Ottoni Ferreira Maciel	Membro efetivo	Agro-pecuarista	Situação/ Oposição	1	8	Partido Republicano Paranaense
Roberto Glasser	Membro efetivo	Negociante	Oposição	0	1	
Braúlio Virmond de Lima	Suplente	Negociante	–	0	0	Partido Republicano Paranaense
Djalma Ferreira Lopes	Suplente	Médico	Situação	0	1	–
Durval Ferreira	Suplente	Servidor público estadual	–	0	0	–
Eduardo Virmond de Lima	Suplente	Médico	–	0	0	Partido Republicano Paranaense
Fidelis Manuel Reginato	Suplente	Negociante	Oposição	0	0	–
José Hernandez Cabezon	Suplente	Ferroviário	–	0	0	–

José Pereira de Macedo	Suplente	Advogado	Situação	1	0	Partido Republicano Paranaense/ Partido Republicano Conservador
Romário Fernandes da Silva	Suplente	Acadêmico de Direito	Oposição	0	0	–

Fonte: o autor com base em pesquisas nos jornais *A Notícia* (PR), *A República* (PR), *Almanak Laemmert* (RJ), *Diário da Tarde* (PR), *Diário do Comércio* (PR) e *Diário do Paraná* (PR).

As informações presentes no *Quadro 1* permitem a sustentação de três afirmações. Primeiro, constata-se que o núcleo dirigente do PLP era constituído majoritariamente por veteranos da vida política regional. Essa agremiação era controlada por indivíduos que, havia décadas, estavam envolvidos na criação de partidos e na organização de campanhas eleitorais. Em grande medida, os gestores dessa grei tiveram passagens por partidos de oposição e de situação ao longo da Primeira República.

No Paraná, não houve imediata renovação do quadro partidário após a Revolução de 1930. Os egressos do partido governista que existiu nesse estado nas quatro primeiras décadas republicanas foram os criadores de uma agremiação alinhada ao interventor federal. Atente-se, pois, aos casos dos coronéis Joaquim Pereira de Macedo (1858-1949) e Ottoni Ferreira Maciel (1870-1944). Oriundo do PRP, Macedo se acomodou na condição de político oposicionista em 1915, época integrou o Partido Republicano Conservador (PRC).[26] No fim dos anos 1920, ele ainda pertencia aos quadros da oposição estadual. Nesse contexto, Macedo exerceu a presidência do diretório paranaense da Aliança Liberal.[27]

Ottoni Maciel também teve a experiência de pertencer ao PRC e ao PRP. Em ambas as agremiações, fez parte da cúpula de diretórios.[28] A saída de Maciel do partido governista data de 1919.[29] A exemplo de Joaquim Macedo, Maciel se integrou à Aliança Liberal.[30] Uma semelhança entre os veteranos do PLP reside no fato de que, nos anos 1920, eles não tiveram um marcante envolvimento no jogo eleitoral do estado. Portanto, esses aliados se assemelhavam em virtude da

[26] *A República*, Curitiba, 9 nov. 1915, p. 1.
[27] *O Dia*, 21 dez. 1929, p. 1.
[28] Em 1913, Ottoni Maciel era o presidente do diretório do PRC na cidade de Palmeira, município situado no segundo planalto do Paraná. *A República*, 11 dez. 1913, p. 1. Em 1919, às vésperas de seu desligamento do PRP, Maciel pertencia à cúpula do diretório estadual desse partido. *A República*, 16 jun. 1919, p. 1.
[29] Ottoni Ferreira Maciel, *Bastidores políticos*, Curitiba: s/e, 1925.
[30] *O Dia*, 4 jan. 1930, p. 1.

experiência do isolamento político. Em grande medida, esse isolamento foi decorrente da falta de coesão entre os antagonistas do PRP. Essa desagregação impediu que o Paraná tivesse um partido de oposição competitivo e bem estruturado ao tempo da Primeira República.[31]

Em verdade, não foi apenas sobre a vida partidária que os mencionados egressos exerceram decisiva interferência. Eles também conquistaram espaço em agências da administração pública no contexto do Governo Provisório.[32] A fundação do PLP ocorreu no momento em que uma parte de seus dirigentes estava a conquistar posições decisivas no Governo do Paraná. Em suma, o surgimento desse partido data da época em que veteranos conjugavam influência na vida partidária e capacidade de controlar órgãos centrais da administração pública.

Compete, pois, fundamentar a segunda afirmação desta seção. Os veteranos do PLP se distinguiam em virtude da maior ou menor projeção política que tiveram no contexto da Primeira República. A diretoria dessa agremiação era formada por indivíduos que se ocuparam da tarefa de fazer oposição ao partido dominante do Paraná. Ao tempo em que combateram o PRP, os futuros dirigentes do PLP experimentaram derrotas eleitorais e tiveram escassas oportunidades de exercer mandatos. De todo modo, eles adquiriram um treinamento das lides partidárias por meio do envolvimento em campanhas eleitorais da oposição. Tais indivíduos eram Arthur Obino e Roberto Glasser. Eles não foram correligionários ao tempo em que pertenceram a agremiações minoritárias. Dessa forma, nota-se que a aliança entre uma parcela dos gestores do PLP foi circunstancial. Ela se desfez após a extinção do partido.

---

[31] Dentre esses veteranos, estava Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960). Em 1921, em uma época marcada pela ausência de um partido estadual de oposição, ele se apresentou como candidato avulso ao Congresso Legislativo do Paraná. Entretanto, não conseguiu se eleger. *A República*, 3 nov. 1921, p. 2. Portanto, o surgimento de candidaturas independentes foi uma consequência das dificuldades de os oposicionistas paranaenses se manterem unidos no contexto da Primeira República.

[32] Joaquim Macedo exerceu, por meio de nomeação do Governo do Paraná, o posto de prefeito de Curitiba, de 1930 a 1932. *O Dia*, 9 jan. 1932, p. 1. De sua parte, Ottoni Maciel desempenhou, nos anos 1930, a função de membro do Conselho Consultivo do Paraná, um órgão de assessoramento do interventor. *O Dia*, 7 jan. 1936, p. 3. Cumpre também dedicar atenção ao caso do engenheiro civil João David Perneta (1874-1933). Ele exerceu o posto de interventor federal do Paraná de dezembro de 1930 a janeiro de 1931. Durante a Primeira República, Perneta pertenceu ao PRP. Essa filiação partidária lhe assegurou a conquista de cargos comissionados, bem como o exercício de mandatos de deputado estadual e deputado federal. Ele possuía uma trajetória típica aos membros da elite política paranaense. Em 1919, contudo, rompeu com os governistas. Em seguida, permaneceu por longos anos sem desenvolver atividade partidária. *O Dia*, 18 jul. 1923, p. 2. O seu retorno ao jogo eleitoral ocorreu em 1930, no contexto da formação da seção paranaense da Aliança Liberal. *O Dia*, 30 jan. 1930, p. 1. No Paraná, ao tempo da criação do PLP, uma parte do grupo governista era formada por egressos do PRP. Eles recuperaram um espaço na cena política estadual ao aderirem à candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Um aspecto intrínseco aos percursos de Glasser e Obino é o fato de que desenvolveram uma atividade política intermitente. Ou seja, nos anos anteriores a 1930 eles não estiveram permanentemente mobilizados para combater a agremiação predominante. O principal momento da atuação de Obino no campo da oposição paranaense data de meados dos anos 1910. Nessa época, ele pertenceu ao PRC. Em 1915, foi cotado para integrar a chapa que essa grei apresentou na disputa pelas trinta vagas do Congresso do Paraná. Todavia, essa candidatura não se concretizou.[33] Em 1918, Obino tentou reunir apoios para se candidatar à Câmara dos Deputados. Tal candidatura não prosperou, pois Obino não teve o respaldo do PRC para disputar a eleição.[34]

A formação do PLP significou uma oportunidade para Obino desempenhar uma concreta autoridade sobre a vida interna de um partido. No contexto da Primeira República, ele jamais alcançou uma condição de protagonismo na cena política regional. A formação do PLP pôs fim a uma situação em que Obino estava submetido às orientações dos líderes maiores da oposição estadual.

Glasser, por seu turno, teve maior apoio das agremiações às quais se filiou. Porém, na época da Primeira República ele não era um candidato eleitoralmente competitivo. O único mandato que desempenhou nessa época foi o de deputado estadual (1913-1915). Glasser conquistou esse mandato filiado ao Partido Republicano Liberal (PRL), em 1913. Nessa ocasião, o partido governista apresentou uma chapa incompleta. Por consequência, os candidatos mais votados do PRL obtiveram as vagas restantes.[35]

Nas eleições em que não havia destinação de vagas à minoria, os oposicionistas do Paraná não conseguiam se eleger. Em 1930, por exemplo, Glasser não teve sucesso no pleito para deputado federal. Nessa oportunidade, o partido dominante lançou chapa completa, a qual continha quatro postulantes.[36] Na Primeira República, o Paraná não pertenceu ao rol dos estados cujas oposições estaduais conseguiram suplantar candidatos governistas e assegurar um pequeno espaço em instâncias do Poder Legislativo.[37]

Glasser e Obino eram oposicionistas que tiveram passagens por

---

[33] *Diário da Tarde*, 23 ago. 1915, p. 3.
[34] *Diário da Tarde*, 4 fev. 1918, p. 1.
[35] *A República*, 18 dez. 1918, p. 1.
[36] *A República*, 3 abr. 1930, p. 3.
[37] Dentre os estados em que os oposicionistas conseguiram eleger candidatos a deputado federal ao tempo da Primeira República sem a necessidade do artifício da chapa incompleta de situacionistas estavam Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Vítor Fonseca Figueiredo, *Voto e competição política na Primeira República: o caso Minas Gerais (1889-1930)*, Curitiba: Editora CRV, 2017; Paula Vanessa Paz Ribeiro, "A terceira estrela da federação: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, http://hdl.handle.net/10183/206483.

agremiações de curta duração. Os dissídios entre dirigentes foram responsáveis pela dissolução do PRL, em 1915, e do PRC, em 1918.[38] Em última análise, os veteranos que pertenceram à cúpula do PLP desenvolveram suas carreiras políticas em partidos eleitoralmente fracos. Tais agremiações eram instáveis do ponto de vista administrativo. As trajetórias de ambos os veteranos foram caracterizadas por tentativas malogradas de manter um partido de oposição em permanente funcionamento.

Compete, pois, sustentar a terceira afirmação desta seção. Houve políticos novatos que foram integrados ao núcleo dirigente do PLP. Uma parcela desses novatos pertencia a parentelas que, desde o início da Primeira República, estavam envolvidas na cena partidária do estado. Assim, a criação desse partido favoreceu a permanência de determinadas famílias em posições centrais no jogo eleitoral. A fundamentação de tal argumento permite evidenciar os limites da renovação do quadro partidário no Paraná nos anos posteriores à Revolução de 1930.

Dentre os membros efetivos do PLP, estava Alceu do Amaral Ferreira. Ele era filho do médico João Cândido Ferreira (1864-1948), ex-presidente do Paraná. Cândido se afastara das atividades políticas em fins dos anos 1900. Esse afastamento foi derivado da perda de apoio dos dirigentes do partido majoritário.[39] A reorganização partidária dos anos 1930 permitiu que Alceu Ferreira e João Cândido atuassem juntos na vida política.[40] O surgimento do PLP estimulou a aproximação de antigos governistas cuja atividade partidária foi apenas ocasional nos decênios de 1910 e 1920.

Atente-se, também, ao rol dos suplentes do diretório central do PLP. Os irmãos Bráulio e Eduardo Virmond faziam parte desse rol. Eles possuíam ligações de parentesco com indivíduos que haviam pertencido ao partido dominante.[41] Os Virmond perderam espaço no partido governista em meados dos anos 1910. Nesse contexto, a candidatura independente foi uma alternativa para a permanência dessa parentela nas disputas eleitorais.[42] Portanto, uma semelhança entre os membros efetivos e suplentes do diretório do PRP diz

---

[38] *Diário da Tarde*, 1 fev. 1918, p. 1. Concernente aos fatores da extinção do PRL, ver Roberto Glasser, *Discursos pronunciados nas sessões legislativas de 1914-1915*, Curitiba: Papelaria Requião, 1955.

[39] João Cândido Ferreira, *Retrospecto*. Curitiba: Livraria Mundial, 1920.

[40] Em 1934, eles se filiaram ao PSN, a agremiação que reuniu os remanescentes do PLP. *Diário da Tarde*, 20 set. 1934, p. 3.

[41] Dentre tais indivíduos, estava o agropecuarista Frederico Ernesto Virmond. Em 1901, ele foi eleito deputado estadual na chapa da agremiação governista do Paraná, que à época era denominada Partido Republicano Federal. *A República*, 24 set. 1901, p. 1.

[42] Em 1913, Frederico Ernesto Virmond já havia se desligado do partido dominante. Em tal ano, ele se apresentou como candidato ao Congresso do Paraná sem o apoio de uma agremiação. Porém, não conseguiu se eleger. *Diário da Tarde*, 11 out. 1913, p. 5.

respeito ao fato de que, em uma mesma época, as suas famílias perderam apoios políticos. Tal situação culminou em derrotas eleitorais e no afastamento dessas parentelas em relação aos partidos estaduais.

A base de apoio do PLP em cidades do interior: os perfis sociais dos delegados dos diretórios municipais

Nesta seção é investigada a origem da atividade política dos indivíduos que atuaram como delegados de diretórios municipais junto ao diretório central do PLP. Tal investigação comporta evidências acerca dos perfis de correligionários que pertenceram às cúpulas de diretórios locais. A abordagem aqui empreendida analisa a gênese das carreiras políticas de membros de elites locais que respaldaram o projeto de organizar uma agremiação governista no ano seguinte à Revolução de 1930. Para a realização desse estudo, cumpre atentar às informações presentes no *Quadro 2*.

Quadro 2 - *Origens da atividade política dos delegados dos diretórios do Partido Liberal Paranaense em municípios do segundo e do terceiro planalto*

Nome do município	**Região do Estado do Paraná**	**Nome do representante do município**	**Ocupação**	**Posição no quadro partidário estadual (1890-1930)**	**Total de nomeações para cargos públicos (1890-1930)**	**Total de mandatos eletivos (1890-1930)**	**Filiação partidária de membros da parentela (1890-1930)**
Antonina	Litoral	Bernardo Moreira	Produtor de aguardente	–	0	0	–
Guaraqueçaba	Litoral	Durval de Almeida Sebrão	Servidor público estadual	Situação/ Oposição	2	0	–
Guaratuba	Litoral	Vicente Mafra	Negociante	–	0	0	Partido Republicano Paranaense
Morretes	Litoral	Arsênio Gonçalves Cordeiro Júnior	Negociante	–	0	0	Partido Republicano Paranaense
Paranaguá	Litoral	Luiz Antônio Xavier	Tabelião	Situação/ Oposição	1	9	Partido Republicano Paranaense
Araucária	Primeiro planalto	Darvile Salomão Saldanha	Tabelião/ Professor do ensino público	Situação	3	0	–

Campina Grande	Primeiro planalto	Carlos Mafra Pedroso	Médico	–	0	0	–
Campo Largo	Primeiro planalto	Antônio Guiraud	Negociante	–	0	0	–
Cerro Azul	Primeiro planalto	Eugênio Twardowski	Negociante	–	0	0	–
Colombo	Primeiro planalto	José Falavinha	–	Oposição	0	0	Partido Autonomista /Partido Republicano Paranaense
Curitiba	Primeiro planalto	Joaquim Pereira de Macedo	Negociante	Situação/ Oposição	1	5	–
Lapa	Primeiro planalto	Jorge Guilherme Montenegro	Servidor público federal	Situação	2	0	–
Tamandaré	Primeiro planalto	Ataíde de Siqueira	–	Situação	1	0	Partido Republicano Paranaense
Castro	Segundo planalto	Jerônimo Cabral Pereira do Amaral	Advogado	Situação	2	2	–
Conchas	Segundo planalto	Durval Meneses	Negociante	–	0	0	–
Entre Rios	Segundo planalto	Victor Grein	Professor do ensino público/ Contabi-lista	Situação/ Oposição	0	2	–
Imbituva	Segundo planalto	Gabriel Vaz	Negociante	–	0	0	–
Ipiranga	Segundo planalto	João Leonel Denck	Dirigente esportivo	Situação	0	0	Partido Republicano Paranaense
Jaguariaíva	Segundo planalto	José Manuel dos Santos	Médico	–	0	0	–
Mallet	Segundo planalto	José Pompeu	Militar	Situação	1	1	–
Ponta Grossa	Segundo planalto	Ossian Correia Madureira	Agro-pecuarista	–	0	0	–
Palmeira	Segundo planalto	Francisco Lopes	Negociante	Situação	0	0	–
Palmira	Segundo planalto	Francisco Ribeiro de Lemos	Negociante	–	0	0	–
Piraí	Segundo planalto	Francisco Gabriel da Silva	Servidor público federal	Situação	1	0	–

Prudentó-polis	Segundo planalto	Saturnino Luz	Advogado	–	0	0	–
Rebouças	Segundo planalto	Altair Bittencourt	–	–	0	0	–
Reserva	Segundo planalto	João Justus	Negociante	–	0	0	–
Rio Azul	Segundo planalto	Amador Macedo Taques	Negociante	Situação	1	0	–
Rio Negro	Segundo planalto	Ivan Ferreira do Amaral	Jornalista	Situação	0	0	Partido Republicano Paranaense
São João do Triunfo	Segundo planalto	Agostinho Ribeiro de Macedo Filho	Servidor público estadual	Situação	1	0	Partido Republicano Paranaense
São José da Boa Vista	Segundo planalto	Humberto Possidente	Servidor público estadual	Situação	1	0	–
Teixeira Soares	Segundo planalto	Manuel Corrêa Batista	Negociante	–	0	0	–
Bocaiúva	Primeiro planalto	Archias Pereira	Engenhei-ro Civil	Situação/ Oposição	0	0	–
Cambará	Terceiro planalto	João Cabral de Medeiros	Negociante	–	0	0	–
Carlópolis	Terceiro planalto	Antônio Borragini	Servidor público federal	Situação	1	0	–
Guara-puava	Terceiro planalto	Antônio da Rocha Loures Villaça	Serven-tuário da Justiça	Situação/ Oposição	2	2	Partido Republicano Paranaense
Jaboti	Terceiro planalto	Adalberto Pereira	Negociante	–	0	0	–
Palmas	Terceiro planalto	Joaquim Fonseca de Sant'Anna Lobo	Advogado	–	0	0	Partido Republicano Paranaense
Ribeirão Claro	Terceiro planalto	Silvio Favaro	Negociante	–	0	0	–
Santo Antônio da Platina	Terceiro planalto	Antônio Monteiro	Negociante	–	0	0	–
São Jerônimo	Terceiro planalto	Aristides José Carneiro	Negociante	–	0	0	–
Tomazina	Terceiro planalto	Messias Ribeiro da Silva	Cafeicultor	Situação	1	1	–
União da Vitória	Terceiro planalto	João Teófilo Gomy Júnior	Advogado	Situação/ Oposição	3	1	–

Fonte: o autor com base em pesquisas nos jornais *A Notícia* (PR), *A República* (PR), *Almanak Laemmert* (RJ), *Diário da Tarde* (PR), *Diário do Comércio* (PR) e *Diário do Paraná* (PR).

O estudo do *Quadro 2* permite fundamentar três afirmações. Primeiro, trata-se de reconhecer que, em pequenos municípios, o PLP contava com a presença de indivíduos que haviam exercido o controle de agências locais da administração pública. Eles perderam espaço no partido governista nos anos finais da Primeira República. Havia, pois, uma semelhança quanto aos perfis de membros do diretório central e de diretórios municipais. Essa semelhança reside no fato de que o PLP era constituído por veteranos que estavam politicamente enfraquecidos no contexto da Revolução de 1930. Eles não permaneceram por longo tempo em posições destacadas nos órgãos da administração pública.

Os delegados de diretórios municipais que possuíam maior experiência na vida partidária eram Antônio da Rocha Loures Villaça, João Teófilo Gomy Júnior e Victor Grein. Villaça começara a atuar na vida política no início da Primeira República. Em 1893, ele alcançou a condição de presidente da Câmara de Guarapuava.[43] Após desempenhar o cargo de vereador, Villaça permaneceu duas décadas sem desempenhar um mandato. Quando retornou às disputas eleitorais, ele não conheceu a elevação de sua projeção política. Ao contrário, em meados dos anos 1910 Villaça voltou a exercer mandato na referida Câmara.[44]

A conquista de mandatos de vereador foi o principal efeito da ligação de Villaça com o partido governista. Ao se desligar do PRP, a sua força eleitoral diminuiu. Tal desligamento impediu que ele se tornasse deputado estadual. Em 1919, por exemplo, Villaça se candidatou a esse cargo na chapa do Partido Autonomista (1919-1921), uma agremiação criada por egressos do situacionismo. Todavia, ele não conseguiu se eleger.[45] Dessa forma, quando o PLP surgiu fazia mais de uma década que Villaça não possuía um envolvimento consistente na vida eleitoral do estado.

Victor Grein, por seu turno, iniciara sua atividade política como oposicionista. Em 1915, filiado ao Partido Republicano Conservador, ele não conseguiu se eleger deputado estadual.[46] Em seguida, aderiu ao PRP, o partido dominante. Essa adesão lhe proporcionou a obtenção dos mandatos de vereador e prefeito de Entre Rios.[47] No entanto, a sua posição de liderança em tal município foi circunscrita ao fim dos anos 1910 e ao princípio da década de 1920.

[43] *A República*, 18 fev. 1893, p. 1.
[44] *A República*, 2 set. 1914, p. 3.
[45] Nesse pleito, Antônio Villaça obteve 3.418 votos. Essa votação lhe conferiu a quadragésima posição na eleição. Havia vinte vagas em disputa. *A República*, 21 nov. 1919, p. 3.
[46] Nessa ocasião, Victor Grein conquistou 4.690 sufrágios. Tal votação lhe conferiu a trigésima primeira colocação no pleito. Havia trinta vagas em disputa. *A República*, 31 jan. 1916, p. 1.
[47] *A República*, 22 jan. 1922, p. 2.

Analogamente ao caso de Villaça, Grein estava afastado da vida partidária havia uma década quando participou da estruturação do PLP.

Por fim, trata-se de destacar o caso de Gomy Júnior. No contexto da Primeira República, ele obteve nomeações para cargos no Poder Judiciário e exerceu o posto de prefeito de União da Vitória com o apoio do PRP. Gomy Júnior era um aliado do citado Ottoni Maciel. Em 1919, a dissidência aberta por esse coronel no PRP contou com o apoio de Gomy Júnior.[48] Esse bacharel fez parte do conjunto de correligionários que Maciel arregimentou em cidades do planalto paranaense.

Quando o PLP foi criado, havia mais de uma década que Gomy Júnior participava da vida política regional sob a orientação de Ottoni Maciel. Em boa medida, a formação do quadro de filiados dessa agremiação foi decorrente da capacidade de seus dirigentes exercerem interferência contínua sobre a ação política de correligionários residentes no interior do estado.

Cumpre fundamentar a segunda afirmação desta seção. No conjunto dos delegados do PLP, havia beneficiários dos esquemas de nomeações que funcionaram no Paraná ao tempo da Primeira República. No interior do estado, existiam correligionários do PLP que atuavam como funcionários públicos. No contexto das primeiras décadas do século XX, eles ingressaram em órgãos do Estado por meio de indicações de indivíduos ligados à ordem governista. O PLP recrutou funcionários pertencentes a distintas gerações. Em 1901, por exemplo, Jorge Guilherme Montenegro começou a exercer o posto de coletor federal na Lapa.[49] Antônio Borragini, por seu turno, exerceu tal cargo na cidade de Carlópolis a partir de 1924.[50] Em 1912, por meio de nomeação do presidente do estado, Humberto Possidente assumiu o posto de depositário público na cidade de São José da Boa Vista.[51]

Tais informações permitem destacar que uma parcela dos correligionários do PLP era constituída por funcionários públicos que não alcançaram posições centrais no ordenamento administrativo paranaense. Portanto, nota-se que em áreas do interior houve antigos beneficiários de esquemas de nomeações que não demoraram a aderir ao grupo político dos partidários da Revolução de 1930. Eram pouco numerosos os delegados do PLP que não obtiveram oportunidades políticas e profissionais ao tempo em que atuaram como defensores do PRP. A tarefa de representar os diretórios locais do PLP nas atividades do diretório central foi conferida a situacionistas que já estavam integrados à vida político-administrativa de seus municípios de

[48] *O Dia*, 11 out. 1929, p. 2.
[49] *A República*, 21 jun. 1901, p. 2.
[50] *O Dia*, 27 fev. 1924, p. 4.
[51] *A República*, 17 jul. 1912, p. 2.

origem.

Convém, por fim, sustentar a terceira afirmação da presente seção. Uma parcela dos delegados do PLP era composta por novatos da cena partidária. Uma fração desses novatos era composta por indivíduos cujos familiares cultivaram ligações com o partido governista que existiu no Paraná da Primeira República. Dessa forma, a criação do PLP possibilitou que famílias pertencentes a elites locais conservassem alguma influência sobre a gestão de diretórios partidários. O *Quadro 2* evidencia que essas parentelas estavam enraizadas em distintas regiões do estado.

Atente-se, pois, ao caso das famílias Cordeiro e Mafra. Nos anos 1930, a maior parte dos seus integrantes vivia no litoral paranaense. Ambas as parentelas mantiveram ligações com o PRP. Os Mafra estavam radicados em Guaratuba. Existiram dois membros dessa parentela que, filiados a tal partido, exerceram o cargo de prefeito dessa cidade.[52] Nos anos finais da Primeira República, havia um membro dessa família que pertencia à cúpula do diretório do PRP em Guaratuba. Tal membro era o ex-prefeito Alexandre da Silva Mafra.[53]

A presença de Vicente Mafra nos quadros do PLP é um indício de que houve parentelas integradas a elites locais que aderiram rapidamente ao Governo Vargas. Conforme demonstrado na última seção deste artigo, essa adesão foi acompanhada pelo envolvimento em esquemas de nomeações para cargos estaduais e federais. Tal adesão possibilitou que os Mafra recuperassem de forma célere posições decisivas na vida administrativa de Guaratuba.

Os Cordeiro, por seu turno, eram originários de Morretes, cidade localizada no litoral paranaense. Ao tempo do Segundo Reinado, essa família se envolveu na produção de erva-mate. Os seus integrantes comandaram o Partido Conservador naquele município.[54] No contexto da Primeira República, os Cordeiro se filiaram ao partido governista do Paraná. O pai de Arsênio Cordeiro Júnior, por exemplo, exerceu dois mandatos de deputado estadual nos anos 1890 vinculado ao grupo situacionista.[55] A participação de Cordeiro Júnior na organização do PLP denota a capacidade de sua parentela exercer, em diferentes

---

[52] Esses familiares eram Carlos da Silva Mafra, prefeito de 1896 a 1900, e Alexandre da Silva Mafra, que governou Guaratuba por dois períodos (1906-1908/1924-1928). A ligação de tal parentela com os situacionistas não era limitada a assuntos partidários. Alexandre Mafra, por exemplo, manteve relações econômicas com o Governo do Estado. Em fins dos anos 1890, ele alugou um imóvel ao Governo. Nessa propriedade, foi instalada a cadeia de Guaratuba. *A República*, 9 abr. 1899, p. 2.

[53] *A República*, 5 jan. 1929, p. 4.

[54] Alessandro Cavassin Alves, *A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais*, Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.

[55] Mônica Helena Harrich Silva Goulart, *A dança das cadeiras: o jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*, Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

contextos políticos, uma interferência na gestão local de um partido.

Essa situação era também inerente a determinadas áreas do planalto. A família de Ataíde de Siqueira, por exemplo, teve destacada participação na cena política de Tamandaré durante a Primeira República. Tal indivíduo não desempenhou mandatos eletivos. No entanto, há indícios de seu envolvimento na vida política do citado município. Em 1929, ao tempo de uma disputa para as trinta vagas do Congresso Legislativo Estadual, Siqueira atuou como secretário da 5ª seção eleitoral de Tamandaré. Ele foi indicado para essa função pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba.[56] O exercício desse posto por Siqueira evidencia o controle de membros do partido majoritário sobre os trabalhos eleitorais de uma pequena cidade do primeiro planalto.[57]

Em 1930, a Prefeitura de Tamandaré era comandada por um integrante dessa parentela, o major João Batista de Siqueira.[58] Portanto, a presença de Ataíde de Siqueira no rol de filiados do PLP indica que um comportamento adotado por uma parcela das elites locais do Paraná consistiu na imediata adesão ao grupo político que, localmente, fazia a defesa do Governo Vargas.

Na cidade de Ipiranga, no segundo planalto, a família de João Leonel Denck também pertenceu à ordem governista nos anos anteriores à Revolução de 1930. A esse respeito, convém destacar que um dos membros dessa parentela, Nicolau Denck, pertenceu ao diretório que o PRP manteve em Tamandaré nos anos 1920.[59] Dessa forma, há semelhanças quanto aos percursos dos delegados do PLP. Uma das semelhanças reside no fato de que, no contexto do Governo Provisório, alguns desses correligionários não experimentaram o declínio de sua influência política em pequenas cidades.

Os destinos políticos dos dirigentes do PLP: a dispersão dos correligionários pelos campos da situação e da oposição

Em grande medida, as carreiras políticas dos dirigentes do PLP findaram na época do Estado Novo. Na década de 1930, tais dirigentes se diferenciavam entre si em virtude da maior ou menor projeção que tiveram no cenário partidário do Paraná. A análise do término de suas carreiras exige o estudo das

[56] *A República*, 25 out. 1929, p. 1.
[57] Em 1929, Ataíde de Siqueira fez parte da delegação de correligionários do PRP de Tamandaré que compareceu aos festejos pelo aniversário de Affonso Alves de Camargo (1873-1958), então presidente do Paraná. Essa comissão era formada por vinte e um membros. Desse total, sete pertenciam à família Siqueira. *A República*, 27 set. 1929, p. 3.
[58] *A República*, 24 abr. 1930, p. 1.
[59] *A República*, 13 maio 1920, p. 1.

informações contidas no *Quadro 3*.

Quadro 3 - *Desfecho da atividade política dos membros do diretório central do Partido Liberal Paranaense*

Nome	**Função no diretório**	**Ocupação**	**Posição no quadro partidário estadual (1931-1937)**	**Total de nomeações para cargos públicos (1931-1945)**	**Total de cargos eletivos (1933-1937)**	**Filiação partidária de membros da parentela (1931-1937)**
Alceu do Amaral Ferreira	Membro efetivo	Médico	Situação/ Oposição	0	1	Partido Social Nacionalista
Antônio Couto Pereira	Membro efetivo	Servidor público federal	Situação/ Oposição	0	1	–
Antônio Jorge Machado Lima	Membro efetivo	Servidor público federal	Situação	2	3	Partido Social Democrático
Arthur Obino	Membro efetivo	Advogado	Situação/ Oposição	0	0	–
Benjamin Lins de Albuquerque	Membro efetivo	Advogado	Situação/ Oposição	3	0	–
Cícero Costard	Membro efetivo	Militar	Situação	1	0	–
Ottoni Ferreira Maciel	Membro efetivo	Agro-pecuarista	Situação	1	0	–
Roberto Glasser	Membro efetivo	Negociante	Situação/ Oposição	1	0	–
Braúlio Virmond de Lima	Suplente	Negociante	Situação	1	0	Partido Social Democrático
Djalma Ferreira Lopes	Suplente	Médico	Situação	0	0	–
Durval Ferreira	Suplente	Servidor público estadual	Situação	0	0	–
Eduardo Virmond de Lima	Suplente	Médico	Situação	1	0	–
Fidelis Manuel Reginato	Suplente	Negociante	Situação	1	0	–
José Hernandez Cabezon	Suplente	Ferroviário	Oposição	0	0	–
José Pereira de Macedo	Suplente	Advogado	Situação/ Oposição	1	0	Partido Social Nacionalista/ Partido Nacionalista Democrático
Romário Fernandes da Silva	Suplente	Advogado	Situação	1	0	–

Fonte: o autor com base em pesquisas nos jornais *Almanak Laemmert* (RJ), *Correio do Paraná* (PR), *Diário da Tarde* (PR), *Diário do Comércio* (PR) e *O Dia* (PR).

As informações expostas no *Quadro 3* possibilitam a sustentação de três constatações. Primeiro, convém reconhecer que os líderes do PLP se apartaram no momento em que o partido passou combater o interventor Manuel Ribas. Uma parcela desses líderes não migrou para o campo da oposição. Por consequência, eles permaneceram envolvidos em esquemas de nomeações para cargos públicos. A conquista de mandatos pelo partido dominante (PSD) também foi um elemento peculiar das trajetórias de egressos do PLP que apoiaram o interventor Manuel Ribas.

Dentre os fundadores do PLP que permaneceram como situacionistas, estavam Antônio Jorge Machado Lima e Ottoni Ferreira Maciel. Eles pertenceram ao grupo de governistas que alcançaram posições expressivas na vida administrativa do Paraná. Analogamente a Maciel, Machado Lima integrou o Conselho Consultivo de Estado do Paraná.[60] O ingresso de políticos veteranos nos Conselhos estaduais criados nos anos 1930 não foi um acontecimento incomum. Ele ocorreu, por exemplo, em São Paulo. Essas nomeações permitiram que antigos adversários do Governo Vargas fossem integrados à ordem governista.[61]

Os fundadores do PLP que passaram para oposição tentaram atrair para o seu grupo os dissidentes do PSD. A aliança entre ex-integrantes desses partidos originou o PSN.[62] De todo modo, os chefes do PSN não conseguiram evitar que alguns de seus correligionários fossem absorvidos pelo grupo governista. A esse respeito, atente-se ao caso do citado Roberto Barroso. Ele fez parte do rol de correligionários do PSN que tiveram dificuldades para angariar votos. Filiado a esse partido, Barroso não conseguiu se eleger deputado estadual em 1934.[63] Em seguida, migrou para o campo situacionista. Em 1936, foi investido no cargo de chefe de Polícia do Paraná.[64] Tais informações indicam que a concessão de nomeações foi uma forma de os governistas cooptarem indivíduos que não se consolidaram como líderes da oposição.

Trata-se, por consequência, de sustentar a segunda afirmação da presente seção. No contexto dos anos 1930, os remanescentes do PLP conseguiram atrair oposicionistas históricos para o seu grupo político. O partido fundado por esses remanescentes contou com a presença de indivíduos que participaram da cena

[60] Dagostim, "A República dos Conselhos".
[61] Codato, "Elites e instituições".
[62] *Diário da Tarde*, 22 maio 1934, p. 2.
[63] *Diário da Tarde*, 20 set. 1934, p. 2.
[64] *O Dia*, 13 out. 1936, p. 8.

política paranaense ao tempo da Primeira República. Mais precisamente, nesse grupo havia indivíduos que atuaram como dirigentes de agremiações minoritárias nos anos 1920.

Reunidos no PSN, as antigas lideranças do PLP tiveram o apoio do advogado Ciro Silva (1881-1968). Ele foi secretário-geral de uma pequena agremiação denominada Partido Republicano Liberal (1923-1924).[65] Silva conseguiu se eleger vereador de Curitiba pelo PSN, em 1935.[66] Esse partido também absorveu o ex-senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), que foi dirigente da agremiação situacionista do Paraná no início dos anos 1910 e prócer da oposição regional de 1915 a 1921. Na década de 1930, ele pertenceu ao diretório central do PSN e exerceu um mandato de deputado estadual.[67] Cabe também salientar que tal partido tinha entre os seus filiados o ferroviário João Barbosa de Almeida. Ele se elegeu deputado estadual em 1929 na condição de candidato independente.[68]

Uma parte dos veteranos que formaram o PLP conservou a capacidade de recrutar políticos experientes. Esses novos membros do partido auxiliaram na criação de diretórios, bem como se lançaram como candidatos. Os chefes do PLP conferiram oportunidades políticas a indivíduos que possuíam longa experiência na gestão de órgãos partidários e na organização de campanhas eleitorais. Similarmente ao caso dos dirigentes e delegados do PLP, o PSN era composto por veteranos cuja atuação na vida política foi marcada pelo envolvimento em partidos de situação e de oposição. Os antigos próceres do PLP permaneceram orientados pelo propósito de arregimentar indivíduos que estavam em baixa no cenário político, mas possuíam extenso treinamento na vida partidária.

Cumpre, pois, fundamentar a terceira constatação desta seção. Os egressos do PLP que migraram para o PSN experimentaram a redução de sua força eleitoral após a eleição parlamentar de 1934. Nesse pleito, o partido elegeu cinco deputados estaduais e um deputado federal. Esse número de eleitos era idêntico ao de outro partido de oposição, a União Republicana Paranaense, a qual congregava ex-integrantes do PRP. No entanto, nessa eleição o PSN foi apenas o terceiro partido em número de votos. A URP foi o partido oposicionista que recebeu mais sufrágios.[69] Ou seja, o PSN não se consolidou como a principal agremiação oposicionista do estado.

Os oposicionistas provenientes do PLP também encontraram

[65] *O Dia*, 6 fev. 1924, p. 5.
[66] *O Dia*, 20 set. 1935, p. 8.
[67] *O Dia*, 5 set. 1935, p. 5.
[68] *A República*, 29 nov. 1929, p. 2.
[69] *Gazeta do Povo*, 2 nov. 1934, p. 1.

dificuldades na eleição municipal de 1935. Nessa ocasião, a Ação Integralista Brasileira (AIB) teve um desempenho eleitoral significativo no Paraná. Posicionada no campo da oposição, essa grei foi combatida pelo interventor Manuel Ribas. O bom desempenho da AIB naquele pleito foi um fator capital para desencadear esse combate.[70] Em Curitiba, a AIB conseguiu eleger três vereadores. O PSN elegeu apenas dois postulantes à Câmara dessa cidade. Em municípios como Paranaguá e Ponta Grossa, os integralistas também elegeram vereadores.[71]

Outros partidos de oposição também conseguiram formar uma base eleitoral. A URP, por exemplo, teve mais votos do que a agremiação governista na cidade de Irati. Em Piraí, o candidato a prefeito do Partido Independente suplantou o postulante situacionista.[72] Essas informações evidenciam que os ex-integrantes do PLP não controlaram as atividades eleitorais da oposição. Em tal época, o quadro partidário paranaense já estava muito diversificado. O campo da oposição era constituído por agremiações que não estabeleceram entre si uma aliança eleitoral. Nesse cenário, os dirigentes do PLP foram absorvidos pelo campo governista. Em 1937, a criação do Partido Nacionalista Democrático pôs fim à presença dos remanescentes do PLP no grupo de adversários de Manuel Ribas.

Os destinos políticos dos delegados municipais do PLP: acomodação no campo situacionista, nomeações e atuação partidária

Na presente seção, cumpre analisar o desfecho das atividades políticas e profissionais desenvolvidas dos indivíduos que atuaram como delegados de diretórios municipais junto ao diretório central do PLP. Em geral, as carreiras desses delegados não foram longevas. O desenvolvimento de tal abordagem requer a atenção às informações do *Quadro 4*.

---

[70] João Fábio Bertonha, *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*, Maringá: Ed. da UEM, 2013.

[71] Luiz Fellipe Alves, "Elites integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas sócio-afetivas", Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, https://hdl.handle.net/1884/64787; Carmencita Hollben de Mello Ditzel, "Manifestações autoritárias: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)", Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86669.

[72] *O Dia*, 20 set. 1935, p. 8.

Quadro 4 - *Desfecho da atividade política dos delegados dos diretórios municipais do Partido Liberal Paranaense*

Nome do município	Região do Estado do Paraná	Nome do representante do município	Ocupação	Posição no quadro partidário estadual (1934-1937)	Total de nomea-ções para cargos públicos (1931-1945)	Total de cargos eletivos (1933-1937)	Filiação partidária de membros da parentela (1931-1937)
Antonina	Litoral	Bernardo Moreira	Produtor de aguardente	–	0	0	–
Guaraque-çaba	Litoral	Durval de Almeida Sebrão	Servidor público estadual	Situação	1	0	–
Guaratuba	Litoral	Vicente Mafra	Negociante	Situação	0	0	Partido Social Democrático
Morretes	Litoral	Arsênio Gonçalves Cordeiro Júnior	Negociante	Situação	3	0	–
Paranaguá	Litoral	Luiz Antônio Xavier	Tabelião	Situação	0	0	–
Araucária	Primeiro planalto	Darvile Salomão Saldanha	Tabelião	Situação	1	0	–
Campina Grande	Primeiro planalto	Carlos Mafra Pedroso	Médico	Situação	1	0	–
Campo Largo	Primeiro planalto	Antônio Guiraud	Negociante	Situação	1	0	–
Cerro Azul	Primeiro planalto	Eugênio Tawardowski	Negociante	Situação	0	0	–
Colombo	Primeiro planalto	José Falavinha	–	Situação	0	0	Partido Social Democrático
Curitiba	Primeiro planalto	Joaquim Pereira de Macedo	Negociante	Situação	1	1	Partido Social Nacionalista
Lapa	Primeiro planalto	Jorge Guilherme Montenegro	Servidor público federal	Situação	0	0	–
Tamandaré	Primeiro planalto	Ataíde de Siqueira	–	Situação	0	0	Partido Social Democrático
Castro	Segundo planalto	Jerônimo Cabral Pereira do Amaral	Advogado	Situação/ Oposição	0	0	–
Conchas	Segundo planalto	Durval Meneses	Negociante	–	0	0	–

Entre Rios	Terceiro planalto	Victor Grein	Contabi-lista	Situação	0	0	–
Imbituva	Segundo planalto	Gabriel Vaz	Negociante	Situação	0	0	–
Ipiranga	Segundo planalto	João Leonel Denck	Servidor público municipal	Situação	2	0	–
Jaguariaíva	Segundo planalto	José Manuel dos Santos	Negociante	Situação	0	0	–
Mallet	Segundo planalto	José Pompeu	Militar	Situação	0	0	–
Ponta Grossa	Segundo planalto	Ossian Correia Madureira	Agro-pecuarista	Situação	0	1	–
Palmeira	Segundo planalto	Francisco Lopes	Negociante	Situação	0	0	–
Palmira	Segundo planalto	Francisco Ribeiro de Lemos	Negociante	Situação	0	0	–
Piraí	Segundo planalto	Francisco Gabriel da Silva	Negociante	Situação	0	0	–
Prudentó-polis	Segundo planalto	Saturnino Luz	Advogado	Situação	0	0	–
Rebouças	Segundo planalto	Altair Bittencourt	Interventor Municipal	Situação	1	0	–
Reserva	Segundo planalto	João Justus	Negociante	–	0	0	Partido Liberal Paranaense
Rio Azul	Segundo planalto	Amador Macedo Taques	Servidor público municipal	Situação	1	0	–
Rio Negro	Segundo planalto	Ivan Ferreira do Amaral	Advogado	Situação	0	0	–
São João do Triunfo	Segundo planalto	Agostinho Ribeiro de Macedo Filho	Servidor público estadual	Situação	0	0	–
São José da Boa Vista	Segundo planalto	Humberto Possidente	Servidor público estadual	Situação	1	0	–
Teixeira Soares	Segundo planalto	Manuel Corrêa Batista	Negociante	–	0	0	–
Tibagi	Segundo planalto	Archias Pereira	Engenhei-ro Civil	Situação	1	0	–
Cambará	Terceiro planalto	João Cabral de Medeiros	Negociante	Situação	0	0	–
Carlópolis	Terceiro planalto	Antônio Borragini	Servidor público federal	Situação	0	0	–
Guara-puava	Terceiro planalto	Antônio da Rocha Loures Villaça	Serventuá-rio da Justiça	Situação/ Oposição	0	0	–

Jaboti	Terceiro planalto	Adalberto Pereira	Negociante	Situação	0	0	–
Palmas	Terceiro planalto	Joaquim Fonseca de Sant'Anna Lobo	Juiz federal	Situação	1	0	–
Ribeirão Claro	Terceiro planalto	Silvio Favaro	Servidor público estadual	Situação	1	0	–
Santo Antônio da Platina	Terceiro planalto	Antônio Monteiro	Negociante	Situação	0	0	–
São Jerônimo	Terceiro planalto	Aristides José Carneiro	Negociante	Situação	0	0	–
Tomazina	Terceiro planalto	Messias Ribeiro da Silva	Cafeicultor	–	0	0	–
União da Vitória	Terceiro planalto	João Teófilo Gomy Júnior	Advogado	Situação	0	1	–

Fonte: o autor com base em pesquisas nos jornais *Almanak Laemmert* (RJ), *Correio do Paraná* (PR), *Diário da Tarde* (PR), *Diário do Comércio* (PR) e *O Dia* (PR).

O estudo das informações inseridas no *Quadro 4* permite a sustentação de três afirmações. Primeiro, convém assinalar que a maior parte dos delegados do PLP não desenvolveu relevante atividade política durante a Era Vargas. Eles permaneceram vinculados ao campo da situação. De sua parte, os próceres do PLP não tiveram êxito em mobilizar a totalidade de seus antigos apoiadores para organizar localmente a ação eleitoral da oposição. Uma parte desses apoiadores continuou integrada ao grupo situacionista.

A permanência em tal grupo não propiciou aos antigos delegados do PLP a obtenção de significativas oportunidades políticas e profissionais. O exercício eventual de funções comissionadas representou o limite de tais oportunidades. O *Quadro 4* mostra que o citado Gomy Júnior constava como uma exceção no rol de delegados do PLP que permaneceram no campo governista. No decorrer dos anos 1930, esse bacharel exerceu mandatos eletivos e cargos comissionados em virtude de sua ligação com o PSD. Em última instância, verifica-se que a filiação ao PLP foi o modo pelo qual membros de elites locais conseguiram se aproximar do grupo político que emergiu no Paraná após a Revolução de 1930. Em boa medida, tais elites não se mantiveram ligadas aos fundadores do PLP que migraram para a oposição.

Convém sustentar a segunda afirmação desta seção. A adesão ao situacionismo permitiu que parentelas radicadas em pequenos municípios permanecessem ativas nos esquemas de preenchimento de cargos públicos.

Essas parentelas não vivenciaram o crescimento de sua projeção na cena partidária após o fim da Primeira República. Contudo, elas se adaptaram ao novo momento político. Tal adaptação lhes assegurou a conquista de cargos em agências locais da administração pública. Atente-se, assim, aos casos das famílias Mafra e Siqueira.

Quando o PLP se extinguiu, os Mafra já estavam vinculados ao PSD. A proximidade dessa parentela com os dirigentes dessa grei perdurou no período posterior à queda do Estado Novo. No começo dos anos 1930, essa proximidade permitiu que Alexandre da Silva Mafra retornasse ao posto de prefeito de Guaratuba. Ele foi nomeado para tal função pelo interventor Manuel Ribas em 1932.[73] No referido ano, outro integrante dessa família, Francisco Mafra, conseguiu uma nomeação do Governo Federal para atuar como coletor de rendas naquela cidade.[74] Assim, no ano em que o PLP passou para a oposição os Mafra já faziam parte do grupo político do interventor.

Em 1935, Joaquim da Silva Mafra foi eleito prefeito de Guaratuba.[75] No fim dos anos 1940, vinculado a um partido situacionista, ele voltou a governar essa cidade.[76] Em resumo, os Mafra tiveram uma estável presença na vida política local ao curso da Era Vargas.

Cumpre ressaltar, por consequência, o caso da família Siqueira. Os membros dessa parentela se vincularam à ordem governista implantada no Paraná princípio dos anos 1930. Essa adesão não demorou a ocorrer. Entretanto, foi lento o retorno desses membros às esferas locais administração pública. Foi no ano de 1939 que João Batista de Siqueira, ex-prefeito de Tamandaré, conquistou uma nomeação estadual. Esse major obteve o posto de chefe de Polícia do município.[77] Portanto, ele voltou a exercer um cargo público uma década após deixar a Prefeitura. A sua entrada no grupo político do interventor federal se concretizou no contexto do Estado Novo. Assim, as elites locais se distinguiram em virtude de ritmo mais ou menos célere de seu regresso aos órgãos públicos.

Trata-se, pois, de fundamentar a terceira afirmação desta seção. Foi pouco expressivo o número de delegados do PLP que se dedicaram ao projeto de instituir diretórios do PSN e consolidar esse partido como o principal

[73] *O Dia*, 10 abr. 1932, p. 8.
[74] *Correio do Paraná*, 23 set. 1932, p. 1.
[75] *O Dia*, 26 nov. 1935, p. 2.
[76] Em meados do século XX, continuava muito acentuado o domínio dos Mafra sobre as instituições políticas de Guaratuba. Em 1947, filiado ao PSD, Joaquim da Silva Mafra se elegeu prefeito dessa cidade. Nesse ano, outros cinco membros dessa parentela foram eleitos vereadores no município. No referido ano, a Câmara local possuía nove integrantes. *Boletim do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná*, Curitiba, 1947, s/p. Esse boletim encontra-se disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr.
[77] *O Dia*, 11 jul. 1939, p. 4.

antagonista do PSD. Houve egressos do PLP que permaneceram no campo oposicionista, mas não ingressaram no PSN. Archias Pereira, por exemplo, se tornou dirigente da AIB na cidade de Bocaiúva.[78] Em Paranaguá, essa agremiação também cooptou aliados de Manuel Ribas.[79] Tais informações evidenciam que, quando comandaram o PSN, os egressos do PLP não evitaram a dispersão de seus correligionários por outros partidos de oposição.

Por outro lado, o citado Antônio da Rocha Loures Villaça foi um dos ex-integrantes do PLP que se incumbiu de implantar diretórios municipais do PSN. Ele foi membro fundador do diretório do PSN na cidade de Guarapuava. Villaça foi o responsável por manter agregados no novo partido os egressos do PLP que residiam no terceiro planalto.[80]

Os próceres do PSN contaram com o apoio de antigos apoiadores que viviam em pequenas cidades do Paraná. Esses correligionários foram agentes capitais da criação de novos diretórios do partido. Porém, eles eram eleitoralmente pouco competitivos. Os membros de elites locais que permaneceram como aliados dos chefes do PLP não possuíam um séquito de correligionários. Dessa forma, os integrantes do PSN não conseguiram formar uma base eleitoral para elevar essa grei à condição de principal partido de oposição do Paraná.

Para corroborar essa afirmação, cabe destacar o caso da participação do PSN na eleição estadual de 1934. Nessa oportunidade, a agremiação confeccionou uma chapa contendo trinta postulantes à Assembleia Legislativa. Desse total de candidatos, dezesseis não residiam na capital. Entretanto, apenas um candidato que vivia no interior conseguiu se eleger. Esse postulante era Jorge Becher, que atuava como comerciante no município de Ponta Grossa. Dentre os candidatos do PSN que não conseguiram se eleger deputados estaduais, estavam dois antigos delegados do PLP, a saber, Antônio da Rocha Loures Villaça e Jerônimo Cabral Pereira do Amaral.[81]

Dessa forma, a principal contribuição das elites locais ao funcionamento do PSN residiu na criação de diretórios em pequenas cidades. Mais precisamente, essa contribuição consistiu em manter o partido organizado em áreas distantes da capital do estado. Porém, esses esforços não originaram uma sólida base eleitoral. Os remanescentes do PLP conseguiram adesões entre

[78] Ver Rafael Athaídes, "As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, https://hdl.handle.net/1884/28288.

[79] Nessa cidade, um dos egressos do grupo de aliados do interventor era o advogado Genaro Régis Pereira da Costa. No começo dos anos 1930, ele apoiou gestão de Manuel Ribas. *O Dia*, 28 abr. 1932, p. 7. Porém, migrou para a AIB e se elegeu vereador de Paranaguá em 1935. Rafael Athaídes, "As paixões pelo sigma".

[80] *Diário da Tarde*, 18 set. 1934, p. 3.

[81] *Diário da Tarde*, 3 out. 1934, p. 3.

veteranos que se enquadravam na condição de notabilidades locais, a exemplo de Antônio Villaça e Jerônimo Amaral. Esses veteranos jamais recuperaram a base eleitoral que tiveram quando pertenceram à ordem situacionista. Desse modo, os insucessos eleitorais foram inerentes à atividade política de membros de elites locais que permaneceram como apoiadores dos antigos próceres do PLP.

Considerações finais

A finalidade deste artigo consistiu em investigar a composição social e a atividade eleitoral de uma agremiação situacionista fundada no ano seguinte à Revolução de 1930. Por meio da análise do caso do PLP, o presente trabalho buscou avançar no estudo da estrutura interna e do desempenho eleitoral dos primeiros partidos governistas que surgiram no contexto da Era Vargas. Nesse âmbito, cumpre ressaltar três constatações.

Primeiro, foi demonstrado que a criação do PLP derivou de uma iniciativa dos correligionários do interventor Mário Tourinho. Os mentores das estratégias políticas dessa grei não criaram o partido apenas para formalizar a aliança entre apoiadores de primeira hora da candidatura presidencial de Getúlio Vargas em 1930. Eles também almejaram recrutar indivíduos provenientes do PRP, o partido governista que existiu no Paraná na época da Primeira República. Os gestores do PLP buscaram o apoio de membros de elites locais. Provenientes do PRP, tais membros tiveram a incumbência de consolidar as atividades da nova agremiação em áreas do interior paranaense.

Segundo, evidenciou-se que houve membros de elites locais que não permaneceram por longo tempo como aliados dos líderes maiores do PLP. De fato, existiram integrantes dessas elites que saíram do campo situacionista quando o partido rompeu relações com o interventor Manuel Ribas. Porém, os chefes políticos municipais que continuaram filiados a essa agremiação não possuíam um grande número de apoiadores. No momento em que os fundadores do PLP criaram outro partido (PSN), os seus correligionários no interior do estado estavam politicamente enfraquecidos. Desse modo, os egressos do PLP que se reuniram no PSN não atingiram a condição de oposicionistas mais competitivos do Paraná.

Terceiro, foi destacado que existiram integrantes de elites locais que foram cooptados pelo grupo político de Manuel Ribas. Tal cooptação possibilitou que eles conquistassem cargos comissionados e mandatos eletivos. Os componentes dessas elites que pertenceram ao partido oficial (PSD) não experimentaram relevante ascensão política no contexto da Era Vargas.

Contudo, eles conseguiram permanecer como personagens influentes da vida político-administrativa de seus municípios de origem. Essa influência era exercida desde a época da Primeira República. Por meio do pertencimento ao PLP e, posteriormente, ao PSD, tais elites se conservaram em posições destacadas da cena política de pequenas cidades.

***

Referências bibliográficas

Adriano Nervo Codato, "Elites e instituições: uma análise contextual do Estado Novo", Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/431721.

Alessandro Cavassin Alves, *A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais*, Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.

Alzira Alves de Abreu (coord.), *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

Christophe Charle, "A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas", *in* Flávio Heinz (org.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 41-54.

Estevão Alves da Silva e Thiago Silva, "Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934", *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56 (2015), pp. 75-106, https://doi.org/10.1590/1678-987315235604.

Estevão Alves da Silva, "A Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34: o processo de formulação de Constituição de 1934", Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25112019-165607/.

Fernando Achiamé, *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

João Cândido Ferreira, *Retrospecto*. Curitiba: Livraria Mundial, 1920.

José Antônio Spinelli, *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar (1930-1945)*, Natal: Editora da UFRN, 2010.

Lawrence Stone, "Prosopografia", *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39 (2011), pp. 115-137, https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009.

Luiz Domingos Costa; Lucas Massimo e Renato Monseff Perissinotto, "Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934)", *Dados*, v. 60, n. 1 (2017), pp. 79-110, https://doi.org/10.1590/001152582017115.

Marcela Ferrari, "Prosopografía e historia política: algunas aproximaciones", *Antíteses*, n. 3, v. 5 (2010), pp. 29-50, https://doi.org/10.5433/1984-3356.2010v3n5p529.

Maria Izabel Noll e Hélgio Trindade (org.), *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002*, Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

Maristela Wessler Dagostim, "A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)", Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, https://hdl.handle.net/1884/25907.

Mônica Helena Harrich Silva Goulart, *A dança das cadeiras: o jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*, Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

Natália Cristina Granato, "O Poder Legislativo Paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930-1937)", *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 1, n. 5 (2019), pp. 1-39, https://doi.org/10.5380/nep.v5i1.67657.

Ottoni Ferreira Maciel, *Bastidores políticos*, Curitiba: s/e, 1925.

Rafael Athaídes, "As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, https://hdl.handle.net/1884/28288.

Rafael Saraiva Lapuente, "A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)", Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6950.

Thiago Cavaliere Mourelle, "Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, https://app.uff.br/riuff/handle/1/16011?locale-attribute=es.

Ricardo Costa de Oliveira, "Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945", *Revista de Sociologia e Política*, v. 1, n. 9 (1997), pp. 47-56, https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i09.39297.

Paula Vanessa Paz Ribeiro, "A terceira estrela da federação: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, http://hdl.handle.net/10183/206483

Paolo Ricci (org.), *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*, Curitiba: Appris, 2019.

Plínio de Abreu Ramos, *O PSD mineiro*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

Vítor Fonseca Figueiredo, *Voto e competição política na Primeira República: o caso Minas Gerais (1889-1930)*, Curitiba: Editora CRV, 2017.

Artigo recebido em 08-04-2024. Aceito para publicação em 16-07-2024.

Citação: Sandro Aramis Richter Gomes, "Elites locais e reorganização do quadro partidário do Paraná após a Revolução de 1930: as carreiras políticas dos dirigentes do Partido Liberal Paranaense (1931-1933)", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 42, (2024), pp. 1-34.

Contato do autor: Sandro Aramis Richter Gomes: argomes8@gmail.com.